



1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2018

Direito

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA**, compostas por vinte questões objetivas.

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS E TRINTA MINUTOS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
3. Cada questão contém os itens de "a" até "e" para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**. Somente será autorizado o candidato levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes de seu término.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (<http://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco>) no dia 23/05/2018, após as 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (www.prdf.mpf.gov.br), devendo ser protocolado no Edifício Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, situado na Avenida L2-Sul Q. 603/604, Lote-23, no Setor de Gestão Documental- SGD, das 09h às 18h.

Brasília, 21 de maio de 2018.

1. Assinale a alternativa correta:

- a) A reorganização das finanças da unidade da Federação não enseja intervenção federal.
- b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- c) Para concorrerem a outros cargos, mesmo em caso de reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação e aplicar-se-á as eleições doravante realizadas.
- e) O Estado federado não intervirá em seus Municípios, em nenhuma hipótese.

2. Assinale a alternativa correta:

- a) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, dentre outros, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e os Procuradores-Gerais de Justiça.
- b) As súmulas vinculantes são aprovadas pelo STF somente após provocação dos legitimados a deflagarem o processo de controle de constitucionalidade.
- c) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão, cabe ao relator tomar as medidas necessárias para tornar efetiva a norma constitucional em trinta dias.
- e) A aplicação do art. 97 da Constituição ("*Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.*") está limitada aos processos de controle concentrado de constitucionalidade.

3. Assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar nos crimes comuns e de responsabilidade os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, que serão julgados pelos seus próprios Tribunais.
- b) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, exceto as disciplinares, e serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- c) A atividade jurisdicional será ininterrupta, salvo no período de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, quando funcionará em plantão.

d) Aos juízes é facultado o exercício da advocacia, quando em disponibilidade.

e) Compete à Justiça Federal julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

4. Assinale a alternativa correta:

- a) É vedada ao Ministério Público a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) A legitimidade do Ministério Público não exclui a de outras entidades para a promoção da ação penal pública.
- c) Ao designar o Procurador-Geral da República como chefe do Ministério Público da União, a Constituição limitou o alcance da independência funcional, prestigiando o princípio da hierarquia.
- d) Uma vez nomeado, o Procurador-Geral somente deixará de exercer seu mandato no caso de renúncia, aposentadoria ou falecimento.
- e) Cabe ao Ministério Público Federal zelar pelo funcionamento da FUNAI, a quem compete com exclusividade defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

5. Assinale a alternativa correta:

- a) Somente haverá cassação dos direitos políticos em caso de condenação criminal transitada em julgado.
- b) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- c) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens, salvo após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções administrativas, limitada à obrigação de reparar o dano.
- e) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, vedada à lei a imposição de quaisquer restrições.

6. Assinale a alternativa correta:

- a) Mesmo quando a participação societária do Estado é de 100% nas empresas públicas, estas não perdem sua natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- b) As agências reguladoras, por não estarem vinculadas ao Poder Concedente, são sempre entes particulares de interesse público.
- c) O ato administrativo vinculado é aquele em que o administrador tem liberdade para escolher a melhor solução para o caso concreto.

d) A acumulação de cargos públicos é direito subjetivo do servidor, dependendo somente da compatibilidade de horários.

e) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se prioritariamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo serem desviadas de acordo com a necessidade do órgão.

7. Assinale a alternativa correta:

a) A lei não poderá estabelecer exceções a obrigatoriedade do concurso, nem mesmo em casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

b) O edital que deflagra concurso público é livre para determinar o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência bem como o percentual de cotas raciais.

c) É cabível ação popular sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade pública.

d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;

e) Compete aos municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, a propriedade rural improdutiva.

8. Assinale a alternativa correta:

a) É livre o usucapião de bens imóveis da União .

b) Os bens de uso comum do povo somente podem ser utilizados mediante autorização específica da Administração.

c) A ação de improbidade compreende as punições relativas a ação penal, sendo desnecessário o ajuizamento de ações distintas.

d) O Ministério Público exerce o controle interno e os Tribunais de Contas o controle externo da Administração.

e) A Constituição de 1988 prestigia um sistema de jurisdição una, ou seja, mesmo após o encerramento do contencioso administrativo resta aberta aos prejudicados a impugnação pela via judicial.

9. Assinale a alternativa correta:

a) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção e sua capacidade com o nascimento.

b) Os menores de dezessete anos são sempre relativamente incapazes.

c) Os nomes das pessoas são públicos, e por conseguinte são passíveis exploração comercial mesmo ausente autorização.

d) O Código Civil e a Constituição regulam a capacidade civil dos indígenas.

e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

10. Assinale a alternativa correta:

a) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

b) Se uma fundação estender sua atividade por mais de um Estado, velará pelo seu funcionamento o Ministério Público Federal.

c) A personalidade própria das pessoas jurídicas impede que os bens particulares dos administradores ou sócios respondam por obrigações da empresa em quaisquer hipóteses.

d) Cada pessoa natural somente poderá definir um domicílio, único válido para todos os fins da vida civil.

e) Em benefício próprio, uma parte poderá invocar a incapacidade relativa da outra após a celebração do negócio jurídico.

11. Assinale a alternativa correta:

a) A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, assim como a destas induz a da obrigação principal.

b) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

c) Os prazos de prescrição são passíveis de alteração por acordo das partes.

d) O código civil adota o princípio da separação patrimonial entre sócios e pessoa jurídica de foram absoluta.

e) A renúncia da prescrição somente se dá de forma expressa.

12. Assinale a alternativa correta:

a) Pelo princípio constitucional da duração razoável do processo o juiz está autorizado a reduzir os prazos das partes em prol da celeridade.

b) Somente em caso de morte ou aposentadoria haverá substituição do julgador para o qual o processo for distribuído, em razão do princípio do Juiz Natural.

c) Os Juizados Especiais estão dispensados de promoverem a fundamentação de suas decisões, razão pela qual são incabíveis os embargos de declaração.

d) Em regra, determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.

e) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes forem comuns as partes ou os fundamentos.

13. Assinale a alternativa correta:

a) A competência relativa é improrrogável.

b) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

c) Cabe ao advogado defender com todos os meios seu cliente, visto que é responsabilidade exclusiva do

juiz rejeitar pretensão e defesa destituída de fundamento.

d) Mesmo na condição de fiscal da ordem jurídica, é vedado ao Ministério Público requerer a produção de provas em processo de terceiros.

e) O Código de Processo Civil de 2015, em homenagem ao princípio da celeridade, permitiu a prática de atos processuais em língua estrangeira.

14. Assinale a alternativa correta:

a) Quando a lei for omissa, o juiz fixará prazo de 3 (três) dias para a prática de ato processual.

b) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu, mesmo quando houver comparecimento espontâneo.

c) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

d) É direito da parte e dever do juiz a decretação de nulidade de quaisquer atos processuais, mesmo aqueles aos quais a parte requerente deu causa.

e) Ainda que o conhecimento do mérito dependa de verificação da existência de fato delituoso, o juiz não pode determinar a suspensão do processo apenas para que se pronuncie a justiça criminal.

15. Assinale a alternativa correta:

a) Se o querelante por omissão involuntária deixar de oferecer queixa contra um dos autores ou partícipes, o Ministério Público não poderá fazer aditamento.

b) O Ministério Público não se manifesta sobre a resposta escrita à acusação, apresentada pela defesa.

c) Gera nulidade do processo o fato de, em audiência de instrução, o magistrado, após o registro da ausência do representante do MP, mesmo intimado e não comparecido, completar a inquirição das testemunhas realizadas pela defesa, sem que o defensor tenha se insurgido no momento oportuno nem demonstrado efetivo prejuízo.

d) Se recusando o Promotor de Justiça a propor a suspensão condicional do processo e o juiz dissentindo, no âmbito do CPP, a questão não poderá ser remetida ao Procurador-Geral de Justiça.

e) Na suspensão condicional do processo, não há ilegalidade se Ministério Público não fundamentar sua recusa.

16. No que tange a quebra do sigilo bancário, marque a alternativa CORRETA.

a) A autoridade policial prescinde autorização judicial para acesso aos dados.

b) Não são nulas as provas obtidas por meio de requisição do MP, para apurar suposto crime praticado por entes privados.

c) O MP não precisa de autorização judicial quando as informações bancárias forem de titularidade de Prefeituras Municipais.

d) A CPI não dispensa autorização judicial para quebra de sigilo bancário.

e) O envio de informações ao TCU relativas a operação de crédito originárias de recursos públicos é coberto por sigilo bancário.

17. Sobre acordos de DELAÇÃO PREMIDA, marque a alternativa FALSA.

a) Acordo de delação premiada tem natureza personalíssima.

b) O descumprimento de colaboração premiada justifica por si só a prisão preventiva.

c) Não há qualquer óbice à homologação do acordo de delação premiada mediante decisão monocrática.

d) Compete ao órgão colegiado, em decisão final de mérito, avaliar o cumprimento dos termos do acordo homologado e a sua eficácia.

e) O acordo de colaboração homologada pelo relator, em regra, produz efeitos, salvo se presentes hipóteses de anulabilidade.

18. Sobre o Direito Penal brasileiro, todas as afirmações abaixo são corretas, exceto:

a) Direito Penal comum é aquele que se aplica indistintamente a todas as pessoas.

b) Direito Penal subjetivo é o direito de punir, o ius puniendi, exclusivo do Estado.

c) O Direito Penal especial aplica-se apenas às pessoas que preencherem certas condições legalmente exigidas.

d) Tem como fontes mediatas a Constituição Federal, os costumes, os Princípios Gerais de Direito, entre outras.

e) Compete ao legislador ordinário definir os interesses a serem protegidos pelo Direito Penal, independente da relevância dos mesmos.

19. Sobre as penas, pode-se afirmar corretamente:

a) somente por lei em sentido estrito pode ser cominada.

b) a lei que comina a pena deve ser anterior ao fato que se pretende punir.

c) inexistente no sistema pátrio pena de morte.

d) Sanção penal é a resposta ao responsável pela prática do crime, a ser levada a efeito somente pelo estado.

e) são espécies de penas as privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa, segundo o CPB.

20. São crimes de competência da Justiça Federal, exceto:

a) moeda falsa

b) contrabando

c) tráfico de drogas com grandes quantidades

d) sonegação de contribuição previdenciária

e) crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves

QUESTÃO SUBJETIVA 1

Discorra sobre a prisão preventiva e a prisão temporária (características, requisitos para decretação e diferenças entre as referidas espécies de prisão provisória).

PROVA SUBJETIVA - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	

QUESTÃO SUBJETIVA 2

Dispõe o Código de Processo Civil: Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Explique e diferencie:

- a) citação e intimação;
- b) litispendência e coisa julgada;
- c) mora do credor e mora do devedor.

PROVA SUBJETIVA - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	